



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E DE PLANEJAMENTO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 05/2017 – PROAP

Instrui os procedimentos relativos aos processos de inscrição e/ou manutenção dos saldos de empenhos de Restos a Pagar no âmbito do Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul).

A PRÓ-REITORA DE ADMINISTRAÇÃO E DE PLANEJAMENTO E O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhes conferem, respectivamente, o artigo 76 e artigo 78 do Regimento Geral do IFSul aprovado pela Resolução CONSUP 98/2014, e;

CONSIDERANDO a Lei nº 4.320, de 17 março de 1964, que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

CONSIDERANDO a Macrofunção SIAFI nº 02.03.17, que trata sobre os Restos a Pagar;

CONSIDERANDO a necessidade de orientar, coordenar, acompanhar as atividades e as políticas de planejamento, de administração, de gestão orçamentária e financeira dos Câmpus no tocante aos processos de inscrição e/ou manutenção de saldos de empenhos de restos a pagar;

CONSIDERANDO o Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, de que, dispõe sobre a unificação dos recursos de caixa de do Tesouro Nacional;

CONSIDERANDO o princípio da anualidade ou periodicidade previstos na Lei 4.320/64.

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer a presente Instrução Normativa sobre os critérios e procedimentos que os Câmpus e a Reitoria deverão adotar no tocante a inscrição e/ou manutenção dos saldos dos empenhos de restos a pagar no Instituto Federal Sul-rio-grandense, com o intuito de orientar, propor normas complementares às já existentes e supervisionar a regularidade da gestão dos recursos de restos a pagar.

Seção I

Dos Conceitos

Art. 2º De acordo com a macrofunção siafi 02.03.17 o conceito de Restos a Pagar está ligado aos Estágios da Despesa Pública, representados pelo Empenho, Liquidação e Pagamento. E, consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até 31 de dezembro, estando a sua execução



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

condicionada aos limites fixados à conta das fontes de recursos correspondentes, com base na legislação vigente. Dessa forma, considera-se:

- a) **Restos a Pagar Processados:** no momento da inscrição a despesa que estava empenhada e liquidada;
- b) **Restos a Pagar Não Processados em Liquidação:** no momento da inscrição a despesa empenhada estava em processo de liquidação e sua inscrição está condicionada a indicação pelo Ordenador de Despesa da Unidade Gestora, ou pessoa por ele autorizada, formalmente no SIAFI em espaço próprio na tabela de UG; e
- c) **Restos a Pagar Não Processados a liquidar:** no momento da inscrição a despesa empenhada não estava liquidada e sua inscrição está condicionada a indicação pelo Ordenador de Despesa da Unidade Gestora, ou pessoa por ele autorizada, formalmente no SIAFI em espaço próprio na tabela de UG.
- d) **Empenho:** Pode ser conceituado como sendo o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado a obrigação de pagamento, pendente ou não, de implemento de condição.
- e) **Liquidação:** Consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.
- f) **Pagamento:** Consiste na entrega de numerário ao credor do Estado, extinguindo dessa forma o débito ou obrigação.

Seção II

Dos Critérios

Art. 3º Os critérios para a inscrição dos Restos a Pagar deverão estar embasados no artigo 35 do Decreto n. 93.872/1986:

“I - vigente o prazo para cumprimento da obrigação assumida pelo credor, nele estabelecida; II - vencido o prazo de que trata o item anterior, mas esteja em cursos a liquidação da despesa, ou seja de interesse da Administração exigir o cumprimento da obrigação assumida pelo credor; III - se destinar a atender transferências a instituições públicas ou privadas; IV - corresponder a compromissos assumido no exterior.”

Seção III

Dos Procedimentos

Art. 4º De acordo com o Decreto n. 93.872/1986, artigo 67, § 2º: “O registro dos Restos a Pagar far-se-á por exercício e por credor”.

Parágrafo Único. Somente há a possibilidade de se efetuar os registros relativos as inscrições de restos a pagar que dizem respeito àquele exercício que está



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

findando e que os respectivos registros serão individualizados por credor desde que respeitados os critérios e as exigências para a inscrição.

Art. 5º Observando a legislação pertinente, as contas 62292.01.01 – Empenhos a Liquidar e 62292.01.02 – Empenhos em Liquidação deverão ter seus registros analisados e ajustados para posterior inscrição em Restos a Pagar Não Processados a Liquidar ou “Restos a Pagar Não Processados em Liquidação, conforme o caso, devendo os empenhos que não serão inscritos terem seus saldos anulados.

Art. 6º A inscrição em Restos a Pagar Não Processados a Liquidar ou em Restos a Pagar Não Processados em Liquidação dependerá do registro da Relação de Notas de Empenho (RN) e terá como base, o saldo da conta 89991.33.01 – Controle Indicação de NE a ser Inscrita em RPNP a Liquidar e da conta 89991.33.03 – Controle Indicação de NE a ser Inscrita em RPNP em Liquidação.

§ 1º Conforme a macrofunção SIAFI nº 020318 – Encerramento do Exercício, a indicação dos empenhos que devem ser inscritos em restos a pagar deverá ser feita pelo Ordenador de Despesa ou por pessoa formalmente designada, cujo CPF deverá constar na tabela da Unidade Gestora.

§ 2º A inclusão da Relação das Notas de Empenho RN será elaborada no SIAFI através da transação >ATURNERP, podendo ser consultada pela transação >CONRNERP.

§ 3º Na inclusão da RN o responsável pela inscrição e restos a pagar deverá selecionar os empenhos que farão parte da relação e confirmar.

§ 4º Somente após o registro da RN é que será gerado saldo nas contas 89991.33.01 – Controle Indicação de NE a ser Inscrita em RPNP a Liquidar e 89991.33.03 – Controle Indicação de NE a ser Inscrita em RPNP em Liquidação.

§ 5º O registro da RN ocorrerá por meio da transação>REGINDRP, quando o responsável pela inscrição selecionará a RN a ser indicada à contabilização e acionar a PF6=REG (registrar) e confirmar.

§ 6º A contabilização da indicação da NE para inscrição em RPNP a Liquidar ou RPNP em Liquidação será realizada diariamente na noite do dia do registro da RN.

§ 7º Todas as notas de empenho não indicadas pelo ordenador de despesas ou pessoa por ele formalmente autorizada no SIAFI, serão automaticamente canceladas pela STN.

Art. 7º Caso o gestor necessite realizar o pagamento de RPNP a Liquidar antes da execução da rotina automática do SIAFI, deverá proceder da seguinte forma:

- a) Elaborar a RN com a nota de empenho a ser paga e registrá-la utilizando as transações >ATURNERP e >REGINDRP;
- b) No dia seguinte efetuar a inscrição do respectivo empenho no SIAFI, por meio de nota de lançamento (NL) com os respectivos eventos:
 - I – 59.0.468 quando a nota de empenho não estiver vinculada a convênios e instrumentos congêneres;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

II – 59.0.478 quando a nota de empenho estiver vinculada a convênios e instrumentos congêneres;

Art. 8º Caso o gestor necessite realizar o pagamento de RPNP em Liquidação antes da execução da rotina automática do SIAFI, deverá adotar os seguintes procedimentos:

- c) Elaborar a RN com a nota de empenho a ser paga e registrá-la utilizando as transações >ATURNERP e >REGINDRP;
- d) No dia seguinte efetuar a inscrição do respectivo empenho no SIAFI, por meio de nota de lançamento (NL) com os respectivos eventos:

I – 59.0.469 quando a nota de empenho não estiver vinculada a convênios e instrumentos congêneres;

II – 59.0.479 quando a nota de empenho estiver vinculada a convênios e instrumentos congêneres;

Art. 9º A inscrição de despesas liquidadas e não pagas em Restos a Pagar Processados será realizada automaticamente de acordo com a conta 62292.01.03 – Empenhos Liquidados a Pagar.

Art. 10. A reinscrição de Restos a Pagar Processados e Não Processados ocorre pela transposição de saldo dos empenhos de restos a pagar que não foram pagos até o encerramento do exercício.

Seção IV

Da Supervisão

Art. 11. Os Câmpus deverão encaminhar à Pro-Reitoria de Administração e Planejamento, após o encerramento do exercício, até 19 de janeiro de 2018, relação contendo o número da UG, o número da nota de empenho, CNPJ e nome do fornecedor com a devida justificativa da sua inscrição em RP, conforme tabela do anexo I.

Art. 12. A supervisão ocorrerá através do acompanhamento nos sistemas estruturantes do governo federal, através de relatórios onde serão observados a manutenção dos saldos e análise da planilha enviada pelos Câmpus assinadas pelo Chefe do Departamento de Administração ou equivalente a esta função e também pelo Contador responsável da unidade.

Parágrafo Único. Ao longo do exercício deverá ser enviado pelos Câmpus, a cada trimestre, a justificativa para a Pró-Reitoria de Administração e de Planejamento para a permanência dos mesmos em Restos a Pagar.

Seção V

Disposições Gerais

Art. 13. Não poderão ser inscritos em Restos a Pagar Não Processados empenhos referentes a despesas com diárias, ajuda de custo e suprimento de fundos.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Art. 14. Demais procedimentos para inscrição e/ou manutenção dos Restos a Pagar podem ser consultados nas macrofunções SIAFI nº 020318 – Encerramento do Exercício e nº 020317 – Restos a Pagar e Manual disponível em: <http://ramec.mec.gov.br/spo>.

Art. 15º Os procedimentos aqui descritos poderão sofrer alterações conforme as necessidades de serviço ou para atendimento da legislação vigente.

Art. 16º Os casos omissos serão analisados individualmente pela Pró-reitoria de Administração e de Planejamento.

Pelotas, 14 de dezembro de 2017.

*

Rosana da Silva Chagas
Contadora Responsável

*

Márcio Machado Rocha
Diretor de Administração

*

Daniela Volz Lopes
Pró-reitora de Administração e de
Planejamento

*Assinaturas no original.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Anexo I

	UG	NOTA DE EMPENHO	CNPJ	FAVORECIDO	VALOR	JUSTIFICATIVA P/ INSCRIÇÃO E/OU MANUTENÇÃO EM RP
1						
2						
3						